

Mailson diz, na FIESP, que esquema de controle será definido amanhã

por Fernando Canzian
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, disse que o governo poderá definir até amanhã, sexta-feira, os critérios básicos para novos reajustes de preços das indústrias, dentro da idéia de um acordo entre governo e empresários como forma de evitar a hiperinflação. Segundo o ministro, o governo pretende definir o novo patamar para os aumentos a partir de outras conversas que deverá manter com empresários entre hoje e amanhã.

Mailson deixou claro que este patamar pode não ser, necessariamente, a inflação do mês anterior. "Por ora estamos apenas discutindo a maneira de se adotar o novo mecanismo de controle de preços. E, para isso, temos que conversar com os empresários para encontrarmos o ritmo da inflação", disse o ministro.

Mailson enfatizou que os setores industriais que continuarem realizando aumentos superiores ao patamar a ser estabelecido terão justificar-se nas câmaras setoriais do governo de forma a apresentar planilhas de custos.

Segundo ele, a grande maioria dos setores industriais já recomponhou suas margens de lucros e níveis de preços após o fim do

controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP) sobre as indústrias, em maio e junho deste ano. "O número de empresas ou setores que ainda não realizaram seus preços é insignificante", declarou.

O ministro da Fazenda disse que tão importante quanto definir um nível de reajuste de preços para as indústrias é acalmar os diversos segmentos empresariais sobre a possibilidade de mudanças bruscas na economia, como no caso de um novo congelamento de preços. "É preciso evitar os boatos, para que eles não perturbem o equilíbrio que o governo está tentando manter", afirmou Mailson.

"Dois pontos não podem ser alterados: a postura na condução da dívida pública, onde o governo deverá continuar a proporcionar uma remuneração real para seus papéis; e a condução da política econômica, que não pode contar com a hipótese de um novo congelamento de preços", disse o ministro.

Mailson declarou também que estes dois pontos são os únicos meios que o governo dispõe no momento para tentar conter uma aceleração maior da inflação. "A nova Constituição limitou a ação do governo na política fiscal", disse Mailson.